

Edição: Valéria Costa
Email: politica@emtempo.com.br
Telefone: (92) 3090-1013

POLÍTICA

| RECURSOS | R\$ 44 MILHÕES |

Aleam aprova criação de Fundo Penitenciário

Verba federal no montante de R\$ 44 milhões, repassada ao governo do Estado, será destinada para a construção de dois presídios nos municípios de Itacoatiara e Parintins. Projeto agora vai à sanção do governador José Melo (Pros)

Diogo Dias

Em regime de urgência, os deputados estaduais aprovaram ontem pela manhã projeto do governo do Estado que cria o Fundo Penitenciário Estadual, que será responsável por gerenciar recursos federais no montante de R\$ 44 milhões destinados à construção de dois presídios no interior, sendo um em Itacoatiara e outro em Parintins.

A mensagem do Executivo faz parte de um pacote de projetos que tem chegado à Assembleia Legislativa do Estado (Aleam) desde a última sexta-feira. A matéria autoriza o Poder Executivo a criar dentro do Plano Plurianual 2014-2017, o programa e ações para este fundo e abrir crédito adicional especial no Orçamento fiscal vigente na administração indireta.

Apenas o deputado José Ricardo (PT) votou contra o projeto, alegando falta de transparência.

De acordo com o líder do governo na casa, deputado Sabá Reis (PR), a mensagem enviada pelo governador José Melo (Pros) versa sobre recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no valor de R\$ 44 milhões para a construção dos presídios, repassados ao Estado. “Um será no município de Parintins e outro em Itacoatiara, sendo R\$ 32 milhões para obras e mais R\$ 12 milhões para aquisição de equipamentos, mobílias e outros itens necessários ao funcionamento”.

Com relação a Parintins,



Votação da ordem do dia foi conduzida pelo presidente da Assembleia, deputado David Almeida (microfone à dir.) | HUDSON FONSECA/ALE

Reis afirmou que o governo aguarda a liberação de um terreno do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde deverá ser construída a unidade. “Esse sistema moderno poderá abrigar cerca de 286 detentos. Precisamos apenas esperar para que a partir de aí fazer as construções”.

O relator do projeto, deputado Cabo Maciel (PR), ressaltou a importância dos recursos, depois de ter visto pessoalmente a atual situação em que se encontra o presídio de Parintins. “Quando chove, chove mais dentro do que fora. Lá os policiais não

têm um local digno e adequado para tirar a guarda externa daquele presídio”.

Ainda na votação da ordem do dia, os deputados aprovaram e promulgaram outros projetos, como o decreto legislativo que aprovou a composição do Conselho Fiscal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). O presidente do órgão será o economista Edson Nogueira Fernandes Júnior, que já atuou como secretário municipal de finanças na gestão do deputado Serafim Corrêa (PSB), quando foi prefeito de Manaus.

De acordo com Sabá Reis,

o conselho será responsável de fiscalizar as contas da Fapeam e dar um parecer antes de serem encaminhadas para apreciação do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Pacote de leis

Dos 18 projetos que chegaram à Assembleia na semana passada, oito já estão tramitando, entre os quais os projetos de lei complementares nº 03/2017, que institui o regime de conta única para o Tesouro Estadual; e o nº 26/2017, que aumenta os percentuais do ICMS de itens transportados no Amazonas.

Entre os itens modificados

estão o tabaco, charutos, cigarilhas e cigarros; bebidas alcoólicas (cerveja e chope); armas e munições; joias, perfumes, águas-de-colônia, produtos de perfumaria e preparações cosméticas; iates, barcos a remo, canoas, motos aquáticas; prestação de serviço de televisão por assinatura; combustíveis líquidos derivados do petróleo, óleo diesel e concentrados base de extrato de bebidas.

Tramita ainda a mensagem 09/2017, que modifica dispositivos da Lei complementar nº 30/2001, e que dispõe sobre o regime próprio da Previdência do Estado.

| REFLEXÃO |

Tribuna na CMM fala do papel da mulher na política



Tribuna faz homenagem às mulheres | TIAGO CORRÊA/CMM

A comemoração dos 85 anos da conquista do voto feminino no Brasil e o avanço da mulher no cenário político foram temas de reflexão na tribuna popular, realizada na Câmara Municipal de Manaus (CMM), ontem, por iniciativa da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher da casa.

A presidente da comissão, vereadora Professora Jacqueline (PHS), destacou a importância da mulher e sua participação ativa no mundo da política. “A luta das mulheres pela conquista de estar presente em um Parlamento sempre se deu para o exercício da cidadania plena. Hoje, estamos aqui nessa tribuna porque lutamos, embora ainda parti-

cipantes pelas cotas de 30% nos partidos. Precisamos lutar ainda mais para buscar a igualdade de gênero dentro dos partidos e encampar essa luta sem precisar de cota para conquistar o nosso lugar na política”, destacou Jacqueline.

Para a vice-presidente da comissão, Professora Therezinha Ruiz (DEM), a data deixa registrado o direito ao voto feminino, no contexto de buscar a conquista de igualdade. “51% da nossa população são de mulheres, por isso temos que conquistar esse percentual dentro da política para também darmos a nossa parcela de contribuição às políticas públicas voltadas às mulheres”, disse.

A tribuna popular contou com a participação de várias representatividades de classes

como das mulheres indígenas, professoras, além da vice-presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica Regional do Amazonas, Maria Gláucia Barbosa Soares, e da professora Cecília Otto, coordenadora do Centro Municipal de Atendimento Sociopsicopedagógico (Cemasp).

Em breve relato, Cecília Otto resgatou um pouco da história da conquista do voto pelas mulheres, que neste ano completou 85 anos no dia 24 de fevereiro, a partir da instituição do primeiro Código Eleitoral, em 1932.

Em sua avaliação, afirmou que a presença das mulheres na política pouco se avançou e que os homens ainda decidem o destino das políticas para a classe feminina.